



O GOLPE DE ESTADO DE 2016 E SUA INCIDÊNCIA SOBRE O PROCESSO DE PRIVATIZAÇÃO DO FINANCIAMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA BRASILEIRA

The 2016 Coup D'etat and its Impact on the Process of Privatization of the Financing of Brazilian Basic Education

Paulo Vinícius Santos Sulli Luduvicé¹

Rosilene Lagares²

Resumo: O propósito deste estudo é demonstrar como os interesses das classes e frações de classe burguesas incidiram sobre o financiamento público da educação básica após o golpe de Estado de 2016 até o ano de 2020. Para tanto, estudou-se os conceitos de crise política e golpe de estado, bem como realizou-se análises documentais em fontes primárias e secundárias, matérias jornalísticas e produções teóricas que abordam o tema, o que acabou definindo metodologicamente nossa pesquisa como bibliográfica e documental. Foi possível concluir que o golpe deve ser tratado como um golpe de reprodução social que tem como centralidade a mudança na hegemonia no interior do bloco no poder. Ficou demonstrado que o capital financeiro internacional e a fração da burguesia brasileira associada a ele passaram a deter a hegemonia no interior do bloco no poder. Essa mudança provocou efeitos relevantes sobre a política pública de financiamento da educação básica pelo fato de ter aumentado as possibilidades da sua desestatização. O golpe de Estado ampliou sobremaneira o processo de privatização do financiamento da educação básica brasileira seja por meio da Emenda Constitucional 95/2016 ou através dos sucessivos cortes, desvios, desinvestimentos, transferência da gestão para iniciativa privada, transferência da elaboração e operacionalização dos currículos e por meio da ampliação da terceirização.

Palavras-chave: Golpe de Estado. Privatização. Financiamento da educação.

Abstract: The purpose of this study is to demonstrate how the interests of the bourgeois classes and fractions of the bourgeoisie affected the public funding of basic education after the 2016 coup d'état until the year 2020. To do so, the concepts of political crisis and coup d'état were studied, as well as documentary analyzes were carried out in primary and secondary sources, journalistic articles and theoretical productions that address the subject, which ended up methodologically defining our research as bibliographical and documentary. It was possible to conclude that the coup should be treated as a coup of social reproduction whose centrality is the change in hegemony within the power bloc. It was demonstrated that international finance capital and the fraction of the Brazilian bourgeoisie associated with it came to hold hegemony within the power bloc. This change had relevant effects on the public policy for financing basic education, as it expanded the possibilities of its privatization. The coup d'état greatly expanded

¹ Mestre em Educação pela Universidade Federal do Tocantins-UFT, com licenciatura plena em Educação Física pela Universidade do Estado da Bahia – Uneb Campus XII. Atualmente, é professor efetivo PIV da Secretaria Municipal de Educação de Palmas-TO. Orcid: 0000-0002-5847-7990. E-mail: pavisasulu@gmail.com

² Pós-Doutora em Educação (Unoesc, 2019), Doutora e Mestre em Educação (UFG, 2007;1998). Graduada em Pedagogia (UFG, 1989). Professora da Universidade Federal do Tocantins (UFT)/Campus de Palmas, UFT/PPGE/PGEDA. Orcid: <http://orcid.org/0000-003-2959-5573>. E-mail: lagaresrose@gmail.com

the process of privatization of the financing of Brazilian basic education, either through Constitutional Amendment 95/2016 or through successive cuts, deviations, divestments, transfer of management to the private sector, transfer of the elaboration and operationalization of curricula and by through the expansion of outsourcing.

Keywords: Coup d'Etat. Privatization. Education funding.

1 Introdução³

O debate e a análise da política educacional e da política pública de financiamento da educação básica a partir de 2016 foram decisivamente condicionados pela conjuntura política brasileira em que o golpe de Estado que destituiu a ex-Presidenta Dilma Rousseff não pode ser secundarizado, visto que não é um fato fortuito muito menos neutro. A partir de então, vivenciamos um acelerado retrocesso no que diz respeito à garantia do direito à educação pública de gestão pública, principalmente se analisarmos mais detidamente a política pública de financiamento da educação básica, isso é o que demonstra o balanço feito do Plano Nacional de Educação (PNE) (2014-2024) pela Campanha Nacional pelo Direito à Educação (CNDE), onde fica evidenciado que o Plano vem sendo sistematicamente descumprido.

Como nos diz Saes (2001, p. 45-46) “[...] Os processos sociais fundamentais, nas formações sociais capitalistas, são aqueles que se travam entre agentes coletivos: classes sociais, frações de classe”. Por isso é bastante razoável determos nossa atenção ao processo político brasileiro não como um epifenômeno do debate educacional, mas sim como elemento decisivo para a materialização do direito à educação e da política pública de financiamento da educação básica. É por isso que nossa problemática investigativa busca saber: quais repercussões o golpe de Estado de 2016 provocou sobre o financiamento da educação básica?

Sendo assim, nosso objetivo foi demonstrar como o golpe de Estado de 2016 e os interesses de classes e frações de classes burgueses incidiram sobre o financiamento da educação básica brasileira. Para atingirmos nosso objetivo, podemos dizer que metodologicamente nossa pesquisa foi desenvolvida por meio de análises bibliográficas e documentais, pois partimos de materiais já elaborados, todavia, não nos limitamos a eles, visto que desenvolvemos novos tratamentos analíticos a documentos primários e secundários Gil (2008).

A compreensão do que é um golpe de Estado não pode vir apartada do entendimento do conceito de crise política, na verdade são dois conceitos indissociáveis como ficará evidenciado ao abordarmos a própria conjuntura política brasileira dos últimos anos. Desse modo se torna premente analisar como se desdobrou o golpe de Estado sobre o financiamento da educação básica entre os anos de 2016 a 2020 e como isso acabou ampliando as possibilidades de privatização do seu financiamento.

³ Este artigo é parte de uma seção modificada da dissertação de Paulo Vinícius Santos Sulli Ludovice, intitulada “O financiamento da educação básica, os interesses das classes e das frações de classe no Brasil entre os anos de 2006 e 2020 e o papel do todos pela educação”, defendida e aprovada em 2022 no Programa de Pós-Graduação em Educação, Mestrado acadêmico, da Universidade Federal do Tocantins-UFT.



2 A crise política como prelúdio do golpe de Estado

Para iniciarmos a conceituação de crise política e de golpe de Estado, é fundamental dizer que a burguesia não é uma classe social unitária, que atua como um bloco monolítico para atingir seu propósito. A burguesia, enquanto classe social, tem um interesse geral comum que é a manutenção da propriedade dos meios de produção e a criação das condições que permitam a reprodução da força de trabalho como mercadoria, Poulantzas (2019, p. 69).

[...] a constituição das classes não se relaciona unicamente ao nível econômico, mas consiste num efeito de conjunto dos níveis de um modo de produção ou de uma formação social. A organização das instâncias em níveis econômicos, políticos e ideológicos reflete-se, nas relações sociais, em prática econômica, política e ideológica de classe e em ‘luta’ das práticas das diversas classes. Sendo as relações sociais um domínio-efeito estruturado do sistema das estruturas, as etapas sucessivas de luta de classes mantêm o mesmo tipo de relações que as instâncias da matriz. A determinação em última instância da luta econômica de classes – correspondência com as relações de produção – do domínio das relações sociais pode refletir-se por um deslocamento do papel dominante para um outro nível de luta de classes – luta política, luta ideológica.

É por conta dos interesses distintos que acontece o conflito distributivo, que é a base da crise política que ocasiona o golpe de 2016: “[...] O conflito distributivo de classe está na base da crise política atual. Ele não é o único motor da crise.” (BOITO JÚNIOR, 2018, p. 270). Por isso Martuscelli (2018), citando Poulantzas, aborda com destaque a importância de compreender a crise política enquanto uma “situação particular de condensação de contradições”.

Desse modo, é necessário fazermos uma distinção conceitual sobre a crise política, que pode ser de dois tipos: a) a que pode provocar a transição social, crise revolucionária; ou b) a da reprodução social. No caso em análise, a crise que antecede o golpe, trata de uma ‘crise política de reprodução social de uma estrutura de produção’, já que se refere ‘apenas’ à contradições que têm a tendência de condicionar mudanças no interior do bloco no poder ou das alianças entre as classes na cena política, podendo vir a provocar mudanças nas formas de Estado, governo ou regime (MARTUSCELLI, 2016). “O bloco no poder constitui uma unidade contraditória de classes e frações politicamente dominante sob a égide da fração hegemônica. A luta de classes, a rivalidade dos interesses entre essas forças sociais, está aí constantemente presente [...]” (POULANTZAS, 2019, p. 244).

As análises de Boito Júnior (2018), Bugiato (2020) e Martuscelli (2018) nos permitem inferir que a crise que antecede o golpe de 2016 é uma típica crise política no estágio de reprodução do capital, ou como nos diz Martuscelli (2016) uma crise positiva para as classes dominantes, em razão de não colocar em risco sua dominação, apenas provoca a reorganização da hegemonia no interior do bloco no poder.

As mudanças provocadas pela crise de reprodução social acabam alterando no interior do bloco no poder a hierarquia de uma classe ou fração de classe, sem capacidade de realizar mudanças profundas que mudem o sistema. Entendemos, a partir de Martuscelli (2018, p. 2), que os golpes de Estado são fenômenos indissociáveis dos conflitos entre as classes e frações de classes, “[...] mais especificamente dos conflitos existentes no seio das classes dominantes pelo controle do processo decisório estatal.”

Como aponta Boito Júnior (2018), durante os governos Lula e Dilma, a disputa principal no interior do bloco no poder ficou estabelecida entre as frações da burguesia interna - composta



controle da política do Estado, principalmente a econômica. No entanto, esse processo pode ser para redefinição da hegemonia ou para reforçar a hegemonia da fração dominante.

Portanto, há de ser salientado um aspecto fundamental do conceito de golpe de Estado: sua direção política de classe, que é exercida necessariamente por uma das frações de classe dominante que integra o bloco no poder. Nessa perspectiva, o objetivo central da fração de classe que dirige politicamente o golpe de Estado não é simplesmente a mudança institucional, mas fundamentalmente uma mudança do conteúdo da política de Estado. A mudança institucional é uma das decorrências possíveis desse processo e, nesse sentido, o golpe de Estado está muito distante de se constituir como um fenômeno ‘politicamente neutro’ [...]. (MARTUSCELLI, 2018, p. 11-12)

Aqui fazemos a primeira relação entre o golpe de Estado e a política pública de financiamento da educação básica. Se é fundamentalmente por uma mudança na política econômica de Estado que o golpe se materializa, invariavelmente a política pública de financiamento educacional sofrerá impactos seja pela ampliação da ingerência das empresas, institutos e organizações privadas ou por meio da drenagem do fundo público. Visto que a privatização da educação pública, segundo Adrião (2022), tem ocorrido via três dimensões: 1) pela transferência da gestão pública para o setor privado e/ou corporativo; 2) pela transferência da operacionalização e ou elaboração dos currículos e seus insumos curriculares para setores ‘não lucrativos’ e entidades privadas e 3) pela ampliação e aprofundamento da privatização da oferta educacional.

Mesmo que a dimensão fundamental do golpe de Estado esteja atrelada às mudanças no interior do bloco no poder, essa não é a única característica que define os golpes de Estado. Martuscelli (2018) destaca que as mudanças institucionais provocadas pelos golpes envolvem a participação dos agentes que integram as instituições estatais.

Um dado da realidade bastante razoável para comprovar essa assertiva é a participação do parlamento brasileiro e principalmente as intervenções do sistema de justiça – juízes, procuradores, agentes da polícia federal etc., no golpe de Estado de 2016. Sobre as mudanças decorrentes do golpe provocadas na estrutura do aparelho de Estado, podemos citar as mudanças no Ministério da Justiça e Segurança Pública, da Polícia Federal, Ministério da Saúde e seus gabinetes paralelos, Fundação Palmares e no Ministério da Educação com a Subsecretaria de Fomento às Escolas Cívico-Militares do Ministério da Educação, mas estas mudanças não colocam em questionamento a unidade do poder de Estado, ou melhor, a dominação de classe.

Essas mudanças não são a causa dos golpes de Estado, na verdade elas são efeitos do processo que tem como objetivo redefinir ou reforçar a hegemonia política no interior do bloco no poder. Não podemos desviar a atenção do que é principal na análise do golpe de Estado.

Portanto, acompanhamos as análises que entendem que o golpe de Estado não designa uma ação contra o Estado em seu conjunto, tal como se configura nas revoluções, mas refere-se às iniciativas – poderíamos acrescentar: e a cumplicidade – de agentes internos ao próprio Estado (Forças Armadas, Judiciário, Executivo, Parlamento etc.) contra um dado governo. No entanto, divergimos dos seguintes aspectos fundamentais presentes em tais análises: da tentativa de dissociar essas iniciativas dos agentes estatais dos conflitos de classe e dos processos de redefinição ou reforço da hegemonia política exercida por uma dada fração dominante. Nesse sentido, o controle do processo decisório estatal e o objetivo central de todo golpe de Estado, mesmo quando esse objetivo não é abertamente declarado pelos seus protagonistas, como podemos observar na aprovação do parlamentarismo no Brasil, em 1961, com vistas a reduzir a capacidade governativa do presidente da República, ou no *impeachment* da



presidente Dilma Rousseff, processo profundamente marcado pelo uso casuístico de expedientes constitucionais para removê-la do posto presidencial por supostamente ter cometido crime de responsabilidade. (MARTUSCELLI, 2018, p. 15-16)

A terceira e última característica que define o conceito de golpe de Estado, segundo Martuscelli (2018), é a ação usurpadora promovida pelas frações opositoras a um determinado governo que se materializa às vezes de forma aberta e violenta ou por meio de ameaças. Mas também pode acontecer como tem sido comum nessa segunda década do século XXI os ‘golpes de novo tipo’ que, apesar de continuar carregando as três características conceituais desenvolvidas por Martuscelli (2018), se autoproclamam respeitadores das medidas previstas em lei, tentando emplacar um verniz legalista. Sobre isso Mascaro (2018, p. 79-80, *grifo nosso*) diz:

Ao se ler [a Constituição Federal] 1988 como o trampolim histórico para lutas progressistas – somando no mesmo bloco políticas públicas, consolidação do Sistema Único de Saúde (SUS), combate à corrupção –, oblitera-se o fato de que a Constituição Federal resultou de um pacto entre classes e grupos dominantes no país, mantendo, em linhas gerais, o arranjo institucional e social da ditadura militar. Não só a Constituição de 1988 foi convocada pelas autoridades competentes a partir do ordenamento jurídico anterior, ditatorial, como também sua amplitude de atuação foi tolhida institucionalmente por partidos, interesses, disputas e meios de comunicação de massa fomentados pela ditadura. Logo pensar no golpe de 2016 a partir da sua relação com a constituição de 1988 necessariamente ensejará uma crítica à transição entre ditadura militar e democratização civil e à continuidade de tal arranjo de classes e instituições até o presente. Com isso, virtuais inspirações da hermenêutica que possibilitou o golpe de 2016 deverão ser ironicamente reconhecidas em 1988 não pelas virtudes progressistas desta, mas por se ver desdobrar, nela, o arcabouço da própria ditadura militar pretérita, para qual a resolução política mediante golpe – mascarado como legal – paira como efetiva hipótese política e de poder, a ser repetida até os dias de hoje.

A atual fase neoliberal elevou seu nível de arbitrariedade nos conflitos, o golpe de Estado de 2016 é um golpe das frações de classe do capital internacional e da burguesia brasileira associada a ele, em que se busca pela recomposição da hegemonia política e dos lucros, não tendo pretensão de deixar nenhuma das políticas sociais fora do arco dos interesses privados.

O financiamento público da educação básica passou por processos de drenagem muitas vezes assistemáticos, na última década, nos quais os reformadores empresariais⁵ ganhavam, mas também tinham que fazer concessões às reivindicações das classes trabalhadoras. A partir do golpe de Estado de 2016 essa dinâmica parece ter sido alterada, no sentido de ampliação e aprofundamentos da privatização do financiamento da educação básica, é o que vamos tratar mais especificamente a partir da próxima seção.

⁵ A atuação do Todos Pela Educação busca reunir e mobilizar os reformadores empresariais por meio de suas fundações e institutos para atuarem com ações convergentes junto ao Estado, promovendo políticas públicas educacionais, sendo o ponto central da sua estratégia a ‘corresponsabilidade e a busca de eficiência, eficácia e efetividade’, como argumentam Shiroma, Garcia e Campos (2011).

3 O documento “Uma ponte para o futuro” como programa do golpe de 2016 e as decorrências sobre o financiamento da educação básica

Entre os anos de 2012 até meados de 2015 acumularam-se situações de ‘condensação de contradições’ nas quais ainda não existia uma força organizada que tivesse capacidade de promover mudanças nas relações entre as classes dominantes. Essa situação é denominada por Martuscelli (2016) como instabilidade política. Essa instabilidade se transforma em crise política, a partir do momento que passa a existir uma força social com capacidade de promover as mudanças na relação entre as classes dominantes, principal característica dos golpes de Estado.

Entendemos que a crise política se instaurou efetivamente quando o Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB)⁶ apresenta publicamente o documento ‘Uma ponte para o Futuro’ em outubro de 2015⁷.

Os conflitos de classe nem sempre se apresentam como tal; eles aparecem mascarados. Principalmente em se tratando de classes minoritárias e abastadas, interesses particularistas acabam assumindo uma feição universalista, condição para que sejam aceitos como legítimos pela maioria da população. Os banqueiros não dizem que defendem a elevação da taxa de juros para aumentar o lucro dos bancos, mas sim para combater a inflação. [...] Na crise atual, esse fenômeno da dissimulação aparece, de modo exemplar, a pretensa luta contra a corrupção. (BOITO JÚNIOR, 2016, p. 25)

Foi no centro da cena política que o PMDB colocou o documento ‘Uma ponte para o futuro’, denominando-o como um programa capaz de preservar a economia brasileira e retomar o seu desenvolvimento buscando “[...] a união dos brasileiros de boa vontade.” (FUNDAÇÃO ULYSSES GUIMARÃES, 2015, p. 2).

Podemos dizer que esse documento é um programa de governo apresentado completamente fora do período eleitoral que, em sua essência, além de resgatar a agenda neoliberal ortodoxa com privatizações, abertura econômica, cortes de direitos trabalhistas, novo regime fiscal, desconstitucionalização dos investimentos em educação e saúde, procura também reivindicar para si – PMDB – força política capaz de assumir o Poder Executivo e passar a representar prioritariamente os interesses da fração do capital internacional e da burguesia brasileira associada a ele, como afirmam Boito Junior (2016) e Paulani (2016).

Dentre os variados temas tratados no documento ‘Uma ponte para o futuro’, ao menos três deles merecem destaques (a escolha de três temas não é aleatória, se observarmos que elas continuam na agenda do governo Bolsonaro): 1) Ajuste permanente das contas públicas; 2) Mudanças constitucionais e implementação de novas emendas constitucionais; 3) Manutenção garantida do pagamento da dívida pública (FUNDAÇÃO ULYSSES GUIMARÃES, 2015, 2016).

[...] Sem um ajuste de caráter permanente que sinalize um equilíbrio duradouro das contas públicas, a economia não vai retomar seu crescimento e a crise deve se agravar ainda mais. Esta é uma questão prévia, sem cuja solução ou encaminhamento, qualquer esforço para relançar a economia será inútil. Nenhuma visão ideológica pode mudar isto. (FUNDAÇÃO ULYSSES GUIMARÃES, 2015, p. 5)

⁶ Depois do golpe de Estado de 2016 voltou a se chamar Movimento Democrático Brasileiro.

⁷ Em 2016 foi lançado outro documento que na verdade é uma ampliação do “Uma ponte para o futuro”, com o nome de “Travessia social: uma ponte para o futuro”.



No entanto, a parte mais importante dos desequilíbrios é de natureza estrutural e está relacionada à forma como funciona o Estado brasileiro. Ainda que mudássemos completamente o modo de governar o dia a dia, com comedimento e responsabilidade, mesmo assim o problema fiscal persistiria. Para enfrentá-lo teremos que mudar leis e até mesmo normas constitucionais, sem o que a crise fiscal voltará sempre, e cada vez mais intratável, até chegarmos finalmente a uma espécie de colapso. (FUNDAÇÃO ULYSSES GUIMARÃES, 2015, p. 5-6)

Nas atuais circunstâncias seria imprudente alterar as regras de gestão da dívida pública [...] Ao mesmo tempo, é preciso repensar seriamente a ação do Banco Central nas dispendiosas operações de swap cambial cujo custo para o Estado poderá estar em 2015 na altura de 2% do PIB, agravando o déficit final e o endividamento. (FUNDAÇÃO ULYSSES GUIMARÃES, 2015, p. 14)

Estes temas dialogam diretamente com a fração de classe – capital internacional e a burguesia associada a ele – que o PMDB se dispõe a representar e priorizar os interesses frente aos conflitos de classes que provavelmente aconteceria com a sua chegada ao comando do Poder Executivo. Como se não bastasse o documento ‘Uma ponte para futuro’, o PMDB lança em 2016 outro documento intitulado ‘Travessia social: uma ponte para o futuro’ com dados econômicos do ano anterior. Dois fatos ‘novos’ são perceptíveis: 1) um tópico chamado ‘Conhecimento e cidadania’ no qual é apontado caminhos para reforma educacional; 2) a disposição para fazer avançar o golpe de Estado unificando os interesses de classe dentro do próprio aparelho de Estado como é o caso do Poder Legislativo e Judiciário. “[...] O que não é do conhecimento de todos é que esse conflito institucional que atravessa o Estado brasileiro é, também e principalmente, um conflito de classes.” (BOITO JÚNIOR, 2020, p. 57).

Se as medidas de equilíbrio fiscal forem aprovadas, estará aberto o caminho para um esforço bem sucedido de crescimento desde que sociedade e governo compreendam que o crescimento depende de relações amigáveis entre eles, da segurança jurídica e do respeito ao lucro e à propriedade, que estimulam o investimento. (FUNDAÇÃO ULYSSES GUIMARÃES, 2016, p. 08)

No que se refere à educação, que é tratada de forma bastante imprecisa, muito provavelmente por saber que a disputa pela política educacional e o seu financiamento são motivos de divergências entre as frações burguesas que apoiavam o golpe de Estado, a formulação ficou bastante flexível, podendo ser apoiada tanto pela fração neoliberal ortodoxa quanto pela fração conservadora, como é possível apreender da seguinte citação:

[...] Infelizmente, estas avaliações revelam que, apesar dos grandes progressos na matrícula, os resultados de nossa educação ainda são muito insatisfatórios em todo o ciclo básico. Estamos sempre nos últimos lugares quando comparados aos melhores países do mundo, mesmo alguns com renda inferior à nossa. Os testes mostram que nossa maior deficiência está no ensino inicial: mais da metade dos alunos da quarta série não estão funcionalmente alfabetizados. Por isso, a principal prioridade da educação brasileira deve ser a melhoria do ensino nas séries iniciais. [...] O ensino de 2º grau no Brasil precisa de uma reforma completa. A estruturação dos currículos pressupõe exclusivamente uma preparação genérica para o ensino superior. [...]. (FUNDAÇÃO ULYSSES GUIMARÃES, 2016, p. 15)

Em nenhum trecho do referido tópico se fala em ampliar o financiamento da educação básica, ao contrário, é possível afirmar com base no ‘conjunto da obra’ que os investimentos serão desconstitucionalizados, quando menos, será ampliado o acesso dos reformadores empresariais ao fundo público da educação. Os fundamentos neoliberais que têm como escopo a privatização do financiamento da educação básica são basicamente os mesmos



implementados atualmente, todavia os aspectos conservadores e reacionários de caráter neofascista e neopentecostal ainda não estavam colocados.

Todas as articulações feitas em torno do programa ‘Uma ponte para o futuro’ serviram para legitimá-lo como ‘programa do golpe’. Com as condições dadas para consumir o golpe de Estado, em abril de 2016, a Presidenta Dilma Rousseff foi afastada e em agosto foi confirmado o impedimento com uma justificativa de que ela havia cometido o crime de responsabilidade, mesmo sem tê-lo cometido (MASCARO, 2018).

No entanto, em nossa análise, dos temas abordados pelo programa do golpe, nenhum desfrutou de maior materialização do que o do ajuste fiscal, pois novo regime fiscal se efetivou por meio de uma mudança constitucional. A Emenda Constitucional 95/2016 reforça os mecanismos de blindagem dos princípios neoliberais no sistema econômico.

Ainda que tenha cumprido de forma bastante ‘satisfatória’ seus desígnios, o governo Temer chegou ao seu limite deixando aberta a possibilidade de prosseguimento da implementação do programa do golpe. Mas para isso, foi imprescindível não permitir que uma candidatura contrária ao programa do golpe vencesse as eleições de 2018. Esse processo se deu por duas vias, primeiro prendendo o ex-Presidente Lula – a nulidade posterior dos processos reafirma seu caráter golpista - e depois quando o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) indeferiu o pedido de candidatura do ex-Presidente para o pleito de 2018. “Era isso o que vinha sendo preparado pela ‘Operação Lava Jato’, sob a batuta do Juiz Federal Sérgio Moro, e que foi denunciado por Marilena Chauí logo nos primeiros momentos do golpe como sendo um agente da CIA e que atingia seu principal objetivo.” (LOMBARDI, LIMA, 2018, p. 51).

Necessariamente voltaremos, mesmo que de forma secundária, a esse debate porque ao menos nos níveis político e econômico o governo Bolsonaro é o aprofundamento do programa do golpe ‘Uma ponte para o futuro’. Podemos inclusive dizer que não há como compreender objetivamente o governo Bolsonaro sem conhecer o programa do golpe.

3.1 A EC 95/2016, a política pública de financiamento da educação básica e o PNE (2014-2024)

Dentre os temas abordados no programa do golpe ‘Uma ponte para o futuro’, o que teve a máxima materialização foi o do ajuste fiscal, mesmo que para isso tenha ignorado a realidade objetiva da formação social brasileira.

Estes documentos, na realidade, indicam o caminho adotado pelo governo atual [governo Temer], que tende a trabalhar para restringir o fundo público em educação pública, com o pretexto de ‘recuperar espaço fiscal’. São, então, documentos que propõem um guia de medidas que colidem com as possibilidades de implementação do PNE e a viabilidade das demandas das conferências na direção de mais direitos social e educacional. (DOURADO, 2017, p. 172, tradução nossa)

O Brasil é um dos países mais injustos do mundo e o enfrentamento a essa constatação, segundo Rossi, Dweck e Arantes (2018), perpassa necessariamente pela política fiscal. As medidas restritivas partem do discurso e da implementação da política de austeridade econômica, que pode ser definida conceitualmente como um ajuste econômico sustentado pela redução dos gastos públicos e diminuição do papel do Estado como indutor do crescimento econômico e construtor de condições básicas de vida e trabalho para a maioria da população, segundo Rossi, Dweck e Arantes (2018).



A política de austeridade não é uma necessidade técnica, mas sim uma ‘decisão política’. Ratificamos esse apontamento em um dado bastante convincente da realidade que é a Emenda Constitucional 95/2016, que limita as despesas primárias – com educação, saúde, previdência e assistência social – do Governo Federal por vinte anos (2017-2037). Como nos diz Amaral (2016), é como se o Brasil já tivesse superado seus problemas relacionados à educação, saúde e assistência social há décadas.

No entanto, como defende Milios (2015), a austeridade não é irracional, tampouco estritamente errada. Ela nada mais é do que a imposição dos interesses de classe dos capitalistas. Trata-se de uma política de classe ou uma resposta dos governos às demandas do mercado e das elites econômicas à custa de direitos sociais da população e dos acordos democráticos. Os capitalistas, por sua vez, se beneficiam das políticas de austeridade [...]. (ROSSI, *et. al.*, 2019, p. 08)

Essas despesas estão relacionadas diretamente com as necessidades básicas da maioria da população brasileira, as classes trabalhadoras. Todavia, as despesas com a amortização dos juros da dívida pública continuam sendo mantidas, evidenciando o caráter político que prioriza as classes e frações de classe do capital internacional e da burguesia associada que patrocinaram o golpe de Estado de 2016. A política de austeridade contribui para reorganizar o aparelho de Estado para que este encontre menos obstáculos para impor limites aos conflitos distributivos e o ordenamento das prioridades para o fundo público, com destaque para o percentual destinado à política pública de financiamento da educação básica.

Adentrando mais especificamente à análise das implicações do EC 95/2016 acaba sendo necessário abordar o PNE (2014-2024) e o seu financiamento, para assim compreender o amplo alcance dessa decisão política do governo golpista de Michel Temer. Podemos dizer, segundo Rossi *et. al.* (2019), desde já, que a vinculação constitucional expressa no art. 212, cuja redação traz que os gastos públicos da União com educação, devem ser de no mínimo 18% da Receita Líquida de Impostos (RLI) e 25% das receitas dos Estados, Municípios e Distrito Federal, foi desfeita com a EC 95/2016.

Além disso, o estabelecimento de uma regra para gasto público, tal como a brasileira, é inédito em termos internacionais e não há nenhum país do mundo que estabeleceu uma regra para gasto público de crescimento real nulo, por meio de uma emenda na Constituição. Segundo Rossi e Dweck (2016), a regra fiscal de teto para gastos primários não exigia nenhuma mudança constitucional. A única matéria constitucional da EC95 foi a desvinculação das receitas destinadas à saúde e à educação. Ou seja, se não fosse o objetivo de desvincular esses gastos da arrecadação, não teria sido necessário que a mudança fiscal tramitasse como emenda constitucional. (ROSSI *et. al.*, 2019, p. 11)

Essas assertivas de Rossi *et. al.* (2019) nos dão mais um dado objetivo para afirmarmos que existe uma intencionalidade de ampliar a drenagem o fundo público da educação no sentido de privatizá-la, visto que são extremamente significativas, para qualquer fração burguesa, as centenas de bilhões que são anualmente destinadas à educação pública. Essa desfaçatez ganha mais sentido se tratando de um período no qual a burguesia internacional e a fração brasileira associada a ela buscam recompor seus lucros frente à crise de acumulação.

Ainda no que tange à educação, foi instituído pela EC 95/2016 que os investimentos até o ano de 2036 serão os 18% RLI referentes ao ano de 2017 tendo o ajuste inflacionário. Dito de outra forma, os investimentos estarão congelados no nível de 2017. “Ao comparar a regra

antiga com o mínimo estipulado pela EC95, percebe-se que o piso previsto por ela é um piso deslizando. Isto é, ao longo do tempo, o valor mínimo destinado à educação cai em proporção das receitas e do PIB.” (ROSSI, *et. al.*, 2019, p. 11), podendo em 2036 corresponder a apenas 12,6%.

Como é possível apreender dos números apresentados por Amaral (2017) e Rossi *et al* (2019), o golpe de Estado surtiu efeito imediato aos seus propositores, uma espécie de prestação de contas do governo Temer às frações burguesas que apoiaram o golpe. Inclusive é com base também nestes dados que o mesmo autor diz que a EC 95/2016 determinou a ‘morte’ do Plano Nacional de Educação (2014-2024).

Cabe aqui destacar a dupla função que cumpre esse processo. Sendo uma delas a centralidade na drenagem do financiamento público que, conseqüentemente, se desdobra na privatização do financiamento da educação básica, e outra, o controle ideológico tanto da política educacional como da educação escolar. Autores como Lombardi e Lima (2018) também fazem apontamentos nessa mesma direção.

A EC 95/16 incide diretamente sobre a implementação do PNE (2014-2024). Segundo um balanço feito pela Campanha Nacional pelo Direito à Educação (CNDE, 2020) e pela Associação Nacional de Pesquisa em Financiamento da Educação (Fineduca), no sexto ano de vigência das 20 metas que compõem o PNE, 85% vêm sendo sorrateiramente descumpridos. Isso, em parte, se deve ao descumprimento do financiamento de recursos públicos para materialização do PNE.

Hoje não restam dúvidas para os pesquisadores da área, associações acadêmicas, estudantis e sindicais, que o principal impacto do programa do golpe, e nele, mais particularmente a EC 95/2016, recai sobre a política pública de financiamento da educação básica o que, por consequência, impacta o cumprimento do PNE em todas as suas metas. “O PNE (2014-2024) contém um total de 20 metas que permeiam diversas vertentes e, em geral, para que elas sejam cumpridas há que se elevar o volume de recursos financeiros aplicados em educação [...]” (AMARAL, 2017, p. 06).

O governo Bolsonaro incorporou as estratégias do governo anterior – do qual é continuação – sem deixar de criar novos programas que vão de encontro ao estabelecido no PNE, inclusive, radicalizou as ofensivas contra a política pública educacional e de financiamento, por meio de cortes e desinvestimento, via negacionismo científico e histórico, fundamentalismo neopentecostal, censura, discriminações e militarismo das escolas. Essa é a forma dissimulada de combater o PNE.

Isso tudo ratifica os apontamentos da nossa análise e de diversos pesquisadores/as quando dizem que o golpe de Estado continua em curso, e seguirá se aprofundando sobre a educação, uma vez que a EC 95 continuará minimamente em vigor até 2036 se não for revogada. Isso significa que não só o PNE (2014-2024) poderá ser inviabilizado, como também o próximo plano. Consideramos, ainda, que o golpe de Estado provoca uma mudança significativa no campo educacional que vai além das implicações sobre o PNE e será sobre essas implicações que trataremos doravante.

4 O governo Bolsonaro e o financiamento da educação básica

O processo político que levou Bolsonaro (PL) à Presidência da República não teve início com a campanha eleitoral em agosto de 2018; é bem mais complexo do que a cena política normalmente demonstra. Dito isso, buscaremos evidenciar os aspectos essenciais da conjuntura

financiamento, mas permitindo o acesso por parte dos reformadores empresariais ao fundo público.

Essas atividades, sobretudo saúde e educação, atravessaram um processo de concentração em nível global com suporte de grandes fundos financeiros – como no caso da *United Health*, na área de saúde, ou da *Kroton* em educação. A associação de grandes empresas na área de serviços com grandes fundos financeiros deram impulso à competição internacional e tornaram (sic) grandes países com uma presença pública significativa nessas áreas, como no caso brasileiro, mercados especialmente atrativos. (ROCHA, 2020, s/p)

A nova hegemonia no interior do bloco no poder provocou efeitos pertinentes nos mais diversos aspectos das relações políticas e sociais brasileiras, como é o caso da política pública educacional e de financiamento da educação básica, vejamos como esse processo vem se dando. Apesar de vivenciarmos no Brasil uma democracia burguesa deteriorada e em crise, não podemos dizer que estamos vivendo uma ditadura de caráter militar ou fascista, ainda. Mas já é possível dizer que temos um movimento neofascista ativo e ávido pela mudança de regime político (BOITO JÚNIOR, 2019c).

O fascismo não é uma forma excepcional do Estado burguês, por isso nada impede que seja ‘ressignificado e reutilizado’ no atual momento histórico, principalmente na atual fase do neoliberalismo onde a recomposição da hegemonia política, econômica e ideológica prescindem a democracia, segundo Boito Júnior (2019a).

Segundo Boito Júnior (2021, p. 2), citando Togliatti, não é correto utilizar o conceito de fascismo em situações políticas onde existe ‘apenas’ uma luta contra a democracia: “[...] Devemos usá-la apenas quando a luta contra a classe operária se desenvolve sobre nova base de massa de caráter pequeno-burguês, como vemos na Alemanha, na Itália, na França, na Inglaterra e em toda parte que existe um fascismo típico”. Para Hobsbawm (1995), o caráter de classe, ideológico e de massas devem preponderar na caracterização do fascismo original, porque este é o conteúdo definidor e que sempre se repetiu nos regimes ‘fascizantes’.

As posições de Poulantzas (1977), Boito Júnior (2021) e Hobsbawm (1995) nos permitem dizer que na atual quadra histórica que vivemos, o fascismo – em novas condições, por isso o prefixo *neo* – pode cumprir função parecida com a que foi realizada pelo fascismo original, uma vez que o ‘conteúdo de classe’ está pujante, vide as atuais condições das classes trabalhadoras sob o governo Bolsonaro; ‘o caráter ideológico da ação’ do governo Bolsonaro é diariamente explicitado no negacionismo histórico e científico; e ‘as mobilizações de massas’ favoráveis às ações do governo reafirmam o neofascismo como ‘expressão da recomposição’ da ‘hegemonia política do capital internacional’ dirigida pelo imperialismo estadunidense no Brasil.

Dentre as mais diversas áreas de intervenção do grupo neofascista, a área educacional tem importância significativa, vide a incidência sobre a política pública de financiamento que desde o início do governo vem passando por sucessivos cortes, desvios e desinvestimentos que ao fim e ao cabo consubstanciam o processo de privatização, pois acaba criando um ‘caldo de cultura’ que desqualifica a educação pública de gestão pública e supervaloriza a ideia das relações público-privadas, dos convênios, das ‘voucher’ e das terceirizações.

O neofascismo tem uma matriz teórica que vem das formulações e movimentações – inclusive internacionais – de Olavo de Carvalho, o qual identificamos como principal formulador do grupo neofascista. Olavo de Carvalho (2017) faz críticas à ditadura militar-burguesa, por ter sido, segundo ele, incompetente no campo ideológico para sua legitimação.

Além de o ensino domiciliar não atingir os problemas reais que afetam a educação pública brasileira, acaba possibilitando a inversão do problema, pois, o direito à educação não se restringe apenas ao acesso à instrução, mas também diz respeito ao convívio entre estudantes, relação de convivências democráticas, independência dos responsáveis etc. E não poderíamos deixar de relacionar tal projeto com o da “Escola sem partido”, eles têm totais convergências. Pela dificuldade de aprovação, ele foi pulverizado em várias outras iniciativas, mas que cumprem a mesma agenda.

Segundo o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) (2020), cerca de 81% das matrículas da educação básica no Brasil são feitas na rede pública, chegando a atingir aproximadamente 50 milhões de estudantes. Não é menos relevante apontar que esse percentual de matrículas significa parte importante do fundo público, que está em constante disputa pelo capital financeiro, representado na educação pelos grandes conglomerados educacionais não só do Brasil como apontado por Adrião *et al* (2016)¹⁰.

Como demonstra Freitas (2018), essas são ações propostas pelos reformadores empresariais que, na busca por materializar seus interesses financeiros, tentam se apropriar da política educacional e da escola. E é por meio daquelas que conseguem avançar também na disputa ideológica. Inclusive, a privatização proporciona maior controle do mercado sobre a educação escolar e, por consequência, amplia também as possibilidades para implementar os aspectos ideologicamente conservadores.

Outra ação que merece ser destacada é a proposta de militarização das escolas públicas, feita pelo governo Bolsonaro a partir do decreto n° 9.665, publicado no dia 2 de janeiro de 2019, e do documento do programa intitulado Compromisso Nacional pela Educação Básica (CNEB), divulgado em julho de 2019. O referido documento versa sobre a criação de escolas militares ‘tradicionais’ em todo território nacional, para serem gestadas na esfera federal pelo exército, aeronáutica e marinha, e também a expansão do modelo ‘cívico-militar’, que tem uma gestão partilhada entre militares e a sociedade civil. Esse formato é de responsabilidade de Estados e Municípios (BRASIL, 2019).

Uma análise sumária do programa CNEB e da proposta de escolas cívico-militares, permite evidenciar que as medidas no nível econômico que dizem respeito ao financiamento da educação básica no governo Bolsonaro quase sempre são dispostas para fazer avançar os aspectos ideologicamente conservadores e as posições ideologicamente conservadoras servem para justificar as medidas no nível econômico. “A questão, portanto, não tem apenas um lado econômico, como querem fazer parecer os empresários. É também ideológica, no sentido de dar garantias à defesa da apropriação privada e sua acumulação contínua [...]” (FREITAS, 2018, p. 23).

Apesar da incidência do golpe sobre a política educacional ser multifacetada, dado que não atinge apenas a política pública de financiamento, mas sim todo o sistema educacional brasileiro, ela tem como centralidade o nível econômico.

[...] A aparente ausência de propostas concretas e intencionalidade nas ações do MEC nos revelam que as reais disputas do campo educacional se desenrolam em outra trincheira: na econômica. É para lá que devemos urgentemente direcionar nossa resistência. (AÇÃO EDUCATIVA, 2019, p. 05)

¹⁰ <https://exame.abril.com.br/negocios/10-grupos-de-educacao-que-movimentam-as-aquisicoes-do-setor/>

Portanto, podemos dizer que no nível econômico não existe incompatibilidade entre a grande burguesia interna, o capital internacional e a burguesia brasileira associada a ele, e o neofascismo. Todas essas frações e grupos buscam a desestatização e a drenagem do fundo público da educação básica. As divergências são parciais e dizem respeito mais aos métodos para atingir a privatização, uma vez que cada uma busca as conveniências que privilegiem seus interesses.

5 Considerações finais

Concluimos que o golpe de Estado de 2016 deve ser tratado como um golpe de reprodução social que tem como centralidade a mudança na hegemonia no interior do bloco no poder. Com o golpe sacramentado, a fração que passou a deter a hegemonia no interior do bloco foi a do capital financeiro internacional e a fração da burguesia brasileira associada a ele. Essa mudança provocou efeitos pertinentes sobre a política pública de financiamento da educação básica pelo fato de ter ampliado as possibilidades da sua privatização, já que desarticulou, suprimiu e subverteu as políticas públicas da área educacional, possibilitando assim a abertura de mercado privado para as demandas sociais básicas como a educação escolar e até mesmo a drenagem do fundo público para financiamento da educação básica.

Os golpes de Estado têm como centralidade a mudança na política econômica, social e externa, inevitavelmente a política pública de financiamento da educação básica foi atingida, e a partir de 2016 tivemos a ampliação da ingerência das empresas, institutos, organizações privadas das mais diversas espécies aumentando sua incidência não só sobre o financiamento como também sobre a formulação da política pública de financiamento.

Este processo de ampliação da privatização do financiamento da educação básica merece destaque a atuação dos reformadores empresariais, pelo fato da centralidade da atuação está na apropriação privada do financiamento público da educação básica. Uma das tônicas da política educacional dos governos pós-golpe perpassou pela desconstitucionalização, cortes, desinvestimentos que acabam ampliando o acesso privado ao fundo público destinado a financiar a educação pública. A principal medida decorrente do programa do golpe foi a EC 95 que congelou os investimentos em educação pública por 20 anos e que por consequência decretou o descumprimento do PNE (2014-2024).

É possível também afirmar que o governo Bolsonaro deu continuidade ao programa político do golpe, superando por incorporação o que já vinha sendo implementado. Um fato que comprova isso são os aspectos conservadores e reacionários com base em princípios neofascistas do atual governo principalmente relacionados à política educacional. O prosseguimento do programa do golpe por parte do governo Bolsonaro acaba incidindo sobre a política pública de financiamento da educação básica tendo em vista que a continuidade do ajuste fiscal, ou melhor, do “estado de crise fiscal permanente” atende aos interesses políticos do capital financeiro internacional e da burguesia associada a ele, em detrimento da manutenção e ampliação da política pública de financiamento da educação básica. Não podemos nem mesmo cogitar que os constantes cortes, desinvestimentos e desvios de verbas educacionais acontecem para resolver problemas sociais.

É por isso que afirmamos que no nível econômico não existe incompatibilidade entre a grande burguesia interna, o capital internacional e a burguesia brasileira associada a ele, bem como o neofascismo instalado em alguns órgãos do aparelho de Estado e na Presidência da República. Todas essas frações e grupos buscam a privatização e a drenagem do fundo público da educação básica. As divergências são parciais e dizem respeito mais aos métodos para atingir



a privatização, uma vez que cada uma busca conveniências que privilegiem seus interesses. O golpe de Estado ampliou sobremaneira o processo de privatização do financiamento da educação básica brasileira seja por meio da EC 95/2016 ou através dos sucessivos cortes, desvios, desinvestimentos, transferência da gestão para iniciativa privada, transferência da elaboração e operacionalização dos currículos e por meio da ampliação da terceirização.

Referências

AÇÃO EDUCATIVA; DE OLHO NOS PLANOS; CARTA EDUCAÇÃO. **Educação em disputa**: 100 dias do governo Bolsonaro. São Paulo, 2019. Disponível em <http://sinprominas.org.br/wp-content/uploads/2019/05/Educac%CC%A7a%CC%83o-em-Disputa-100-dias-de-Bolsonaro.pdf> Acesso em: 29 jul. 2019.

ADRIÃO, Theresa Maria de Freitas; *et al.* Grupos empresariais na educação básica pública brasileira: limites à efetivação do direito à educação. **Educ. Soc., Campinas**, v. 37, n. 134, p.113-131, jan.-mar., 2016.

ADRIÃO, Theresa Maria de Freitas. **Dimensões da privatização da Educação Básica no Brasil**: um diálogo com a produção acadêmica a partir de 1990. Brasília, ANPAE, 2022. [Meio Eletrônico].

AMARAL, Nelson Cardoso. PEC 241/55: a “morte” do PNE (2014-2024) e o poder de diminuição dos recursos educacionais. **RBP**, v. 32, n. 3, p. 653 – 673, set./dez., 2016.

AMARAL, Nelson Cardoso. Com a PEC 241/55 (EC 95) haverá prioridade para cumprir as metas do PNE (2014-2024)? **Revista Brasileira de Educação**, v. 22, n. 71, e227145, 2017.

BOITO JÚNIOR, Armando. O caminho brasileiro para o fascismo. **Caderno CRH**, Salvador, v. 34, p. 1-23, e021009, 2021.

BOITO JÚNIOR, Armando. **Dilma, Temer e Bolsonaro**: crise, ruptura e tendências na política brasileira. Goiânia-GO: Editora Phillos Academy, 2020. (Coleção Párias Ideias). [recurso digital].

BOITO JÚNIOR, Armando. **A questão do fascismo no governo Bolsonaro**. São Paulo, 2019. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2019/01/10/artigo-or-a-questao-do-fascismo-no-governo-bolsonaro/> Acesso em: 10 jan. 2019a.

BOITO JÚNIOR, Armando. **As dificuldades da luta popular diante do fascismo**. São Paulo, 2019. Disponível: <https://www.brasildefato.com.br/2019/04/12/artigo-or-as-dificuldades-da-luta-popular-diante-do-fascismo-por-armando-boito-jr/> Acesso em: 12 abr. 2019c.

BOITO JÚNIOR, Armando. **Reforma e crise política no Brasil**: os conflitos de classe nos governos do PT. Campinas, SP: Editora da Unicamp; São Paulo, SP: Editora Unesp, 2018.

BOITO JÚNIOR, Armando; BERRINGER, Tatiana. Brasil: classes sociais, neodesenvolvimentismo e política externa nos governos Lula e Dilma. **Revista de Sociologia e Política**, Curitiba, v. 21, n. 47, p. 31-38, set. 2013.

ROSSI, Pedro; DWECK, Esther; ARANTES, Flávio. Política econômica da austeridade. *In.* DWECK, Esther; ROSSI, Pedro. **Economia para poucos**: impactos sociais da austeridade e alternativas para o Brasil. São Paulo: Autonomia Literária, 2018.

ROSSI, Pedro, *et. al.* Austeridade fiscal e o financiamento da educação no Brasil. **Educ. Soc.**, Campinas, v.40, 2019.

SAES, Décio Azevedo Marques. **República do Capital**: capitalismo e processo político no Brasil. São Paulo: Boitempo, 2001.

SHIROMA, Eneida Oto; GARCIA, Rosalba Maria Cardoso; CAMPOS, Roselane, Fátima. Conversão das 'almas' pela liturgia das palavras: uma análise do discurso do movimento Todos pela Educação. *In.* BALL, Stephen J., MAINARDES, Jefferson. **Políticas educacionais**: questões e dilemas. São Paulo: Cortez, 2011.

Recebido em maio de 2022.

Aprovado em novembro de 2022.